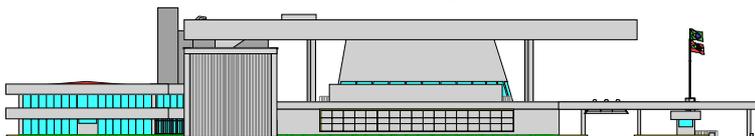


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 24 DE ABRIL DE 2012

NÚMERO 6.405

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sivio Dreveck
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Dieter Janssen
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dieter Janssen
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Valmir Comin
Dieter Janssen
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 035ª Sessão Ordinária realizada em 18/04/2012.....2</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública5 Atas de Comissões Permanentes7 Avisos de Resultado8 Ofícios8 Portarias9 Redações Finais10</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Menciona a comemoração ao Dia Nacional da Literatura Infantil; reporta-se à situação na Guiné-Bissau.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades do interior do estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta a greve do Magistério e a aprovação do Projeto de Resolução 0072/2010; enaltece o anúncio da reativação do frigorífico da Cooperativa Central Aurora, em Joaçaba; comemora a negociação para instalação de uma refinaria de biodiesel em Araquari.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Tece comentários sobre os três brasileiros que fazem parte da lista anual das 100 pessoas mais influentes do

mundo: presidente Dilma Rousseff, empresário Eike Batista e Maria das Graças Silva Foster, presidente da Petrobras.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Repercuta a redução nas taxas de juros anunciada pelo Bradesco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, utilizo o momento do partido, nesta manhã, para fazer uma homenagem especial ao Dia Nacional da Literatura Infantojuvenil, dia esse que foi implementado em nosso país em homenagem à data de nascimento de Monteiro Lobato, escritor que certamente faz parte da história de todos nós, brasileiros e catarinenses. Tenho certeza absoluta de que todos nós, deputados,

tivemos na infância, na biografia escolar, contato com a literatura de Monteiro Lobato, esse magnífico escritor brasileiro. Nós temos hoje esta data para comemorar, dia 18 de abril, o Dia Nacional da Literatura Infantil.

Desnecessário seria falar da importância da literatura infantil para a formação dos alunos, das crianças em nossos lares, nas pequenas e nas maiores bibliotecas. É importante lembrar também que a literatura tem o potencial de chegar onde o orador, às vezes, não pode chegar e, eventualmente, dialogar com pessoas com as quais não teríamos condições de dialogar.

Por isso, nossas congratulações àqueles que de uma forma de outra produzem textos às nossas crianças, àqueles que através de suas editoras conseguem fazer chegar livros aos mais distantes rincões da nossa pátria, enfim, aos programas especiais, aos professores que motivam e incentivam a literatura para crianças neste país.

Faço também, sr. presidente e srs. deputados, uma menção nesta manhã ao impasse na Guiné-Bissau, país africano onde temos alguns amigos, infelizmente lá detidos por conta desse problema que lá ocorreu nesta semana.

Gostaria de citar estes meus amigos de caminhada de São José: o pastor Ezequiel Montanha e Sônia Montanha, mais quatro casais e o também meu amigo Timóteo, empresário da cidade de Tubarão, que há mais

de cinco dias estão praticamente detidos em um hotel na capital da Guiné-Bissau, impedidos de sair em direção a qualquer outro país, pois os aeroportos estão fechados.

Então, faço um apelo desta tribuna para que os srs. deputados aprovelem uma moção que apresentarei, sr. presidente, ainda hoje, a ser enviada ao Itamaraty, para que, de uma forma ou de outra, agilize as conversações com o comando militar que assumiu o governo da Guiné-Bissau.

Nossos amigos que lá estão, em especial os cinco casais catarinenses, portanto são dez pessoas da nossa intimidade, da nossa convivência, foram para aquele país a fim de realizar um projeto social. O programado era que ficariam em torno de 20 dias dando um alento às ONGs onde trabalham.

O deputado Ciro Roza, que esteve recentemente na África, acompanhou de perto essas questões. E agora, com esse golpe militar na Guiné-Bissau, estão impedidos de retornar a Santa Catarina.

Portanto, pedimos o apoio dos srs. parlamentares a essa moção que apresentaremos, a fim de que o Itamaraty nos ajude nessa empreitada de pressionar o novo governo da Guiné-Bissau a liberar nossos conterrâneos, que precisam retornar ao estado de Santa Catarina e à normalidade de suas vidas.

Deixo o resto do tempo disponível ao deputado Maurício Eskudlark, caso queira assomar a esta tribuna.

Era essa a nossa intervenção, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quero anunciar a presença dos nossos amigos de Macieira, município desmembrado de Caçador: vereadores Almir Arconte e Pedro Sérgio dos Santos.

Também esteve neste plenário o vereador Marino de Souza Pinto, de Água Doce.

Registro ainda a presença do presidente do PP em Fraiburgo, Pedro de Oliveira, que veio à capital a serviço do seu município e para participar de um congresso.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, nos últimos dias Santa Catarina tem vivenciado alguns fatos desanimadores. Estamos passando por turbulências na Segurança, agora há essa manifestação do Sinte com relação aos professores e, para completar, temos a Resolução n. 0072, que deixa Santa Catarina numa situação um tanto quanto difícil no que se refere à arrecadação.

Na época em que foram instituídos os incentivos fiscais no estado, manifestei minha preocupação. Por várias vezes manifestei, neste plenário, a preocupação de que um dia poderia haver uma reação dos outros estados. Se não me falha a memória, esse projeto deu entrada em 2008, foi criando corpo e agora está aí essa situação lamentável para Santa Catarina. Agora, o mais lamentável em relação à Resolução n. 0072 é que não foi criado um período de transição, a fim de que o nosso estado equilibrasse suas contas.

O governador tem feito um esforço muito grande e mesmo assim Santa Catarina

não tem tido êxito neste pleito, que é justamente a instituição de um período de adaptação antes que haja realmente a unificação das alíquotas de ICMS no que diz respeito à importação.

Por outro lado, sr. presidente, temos também que ressaltar as boas notícias, em que pese toda essas turbulências que têm acontecido em Santa Catarina. Eu prefiro estar ao lado das boas notícias, das pessoas de otimismo, porque certamente o ânimo, a motivação, o alto astral faz com que nós possamos superar as adversidades com mais equilíbrio e facilidade.

Ontem, mesmo que rapidamente, ouvi uma notícia muito boa para o oeste catarinense, o meio-oeste mais precisamente, sr. presidente, notadamente o município de Joaçaba: a Cooperativa Central Aurora anunciou a reativação de sua unidade no referido município, aquele grande frigorífico que lá foi instalado e que está desativado desde 2008 por conta da crise internacional.

A direção da empresa tomou a decisão de reativar a unidade, inclusive triplicando o número de colaboradores. Certamente, esta é uma boa notícia para Santa Catarina: uma empresa catarinense que volta à atividade, gerando emprego, renda e exportando. Isso vai diminuir um pouco a grande diferença que há na balança comercial catarinense nos últimos anos. É também uma notícia positiva para o meio-oeste, mas principalmente para o estado. Temos que enaltecer essa decisão da empresa de reativar essa unidade, porque todos nós, catarinenses, vamos ganhar com isso.

A outra boa notícia diz respeito a uma negociação que está em curso, a implantação de uma empresa em Santa Catarina, mais especificamente no município de Araquari. Hoje, há uma nota no jornal *A Notícia*, na coluna do sr. Cláudio Loetz, sobre essa reunião que aconteceu em Florianópolis.

(Passa a ler.)

"Estado conhece projeto bilionário.

Em reunião, ontem, em Florianópolis, o governo do Estado se colocou à disposição para auxiliar no que for preciso para a instalação de uma indústria de biocombustíveis em Araquari por parte da Mater LNG, empresa com matriz no Chile. A companhia pretende construir uma refinaria de biodiesel, gerando 2,5 mil empregos. O terreno de 8,3 milhões de metros quadrados já foi negociado. O investimento total é estimado em R\$ 3,2 bilhões. 'Queremos a sua empresa aqui em Santa Catarina', disse o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, (aos diretores da empresa que estavam reunidos no dia de ontem)." [sic]

Portanto, caso essa empresa venha instalar-se em Santa Catarina, mais precisamente em Araquari, será muito bom para os catarinenses, porque há toda a questão logística a ser levada em consideração, pois além do alto investimento, volto a dizer, essa indústria vai gerar emprego e renda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o eminente deputado e médico Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o deputado Antônio Aguiar, os demais deputados desta Casa e os funcionários.

Sr. presidente, o PSD já é um bom partido, pois formalizou uma com o PCDoB do

Rio Grande do Sul, apoiando a deputada Manuela D'Ávila para a prefeitura de Porto Alegre.

Mas quero reportar-me, deputado Romildo Titon, a um artigo que saiu na revista *Times*, que coloca três ilustres brasileiros entre as 100 figuras mais influentes do mundo. Um deles é Eike Batista, uma das dez pessoas mais ricas do mundo, um empreendedor nato. Logicamente que empreendeu em decorrência do contingente de conhecimentos que tinha privilegiadamente. Mas não vou entrar nesse mérito.

As outras duas figuras importantes são a presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster, porque, sem menosprezar José Sérgio Gabrielli, ela está imprimindo um ritmo mais executivo à empresa, trabalhando principalmente na cobrança de metas específicas. E a Petrobras, com essa postura, tem alçado voos maiores, consolidando-se internacionalmente do ponto de vista econômico e da sua capacidade de exploração de petróleo, sendo hoje a maior multinacional brasileira.

A terceira figura destacada pela revista *Times* põe em destaque a presidente Dilma Rousseff, classificando-a, deputado Kennedy Nunes, como uma das figuras mais influentes do mundo, que tem deixado marcas claras por onde tem passado, desde o combate à corrupção até à mudança do contexto da gestão de governo, num ritmo muito diferenciado do nosso ex-presidente Lula. A presidente Dilma Rousseff é mais pragmática e, em certos momentos, não externa o mesmo calor humano que o presidente Lula. E essa é uma preocupação nossa, deputado Padre Pedro Baldissera, porque é um governo que perde um pouco da alma, da relação com a população, mas de qualquer forma sua aprovação beira os 77%.

Então, é importante também destacar que essa aprovação tem-se dado não apenas pela sua capacidade de gestão, pois a própria secretária de estado americano, Hillary Clinton, em entrevista ao *Bom Dia Brasil*, enalteceu que a nossa presidente tem sido uma das figuras mais tenazes no combate à corrupção, deputado Volnei Morastoni! A presidente não tem medido esforços no combate ao desvio de recursos públicos e, como sempre registro, se há corrupção, há corruptor. E o corruptor é privado, não tenho dúvidas disso.

Um grande exemplo do que estou dizendo é o caso de Carlinhos Cachoeira, que não é uma cascatinha. Carlinhos Cachoeira agiu nos meandros do poder, juntamente com grandes empreiteiras que atuam nos 23 estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina, cujo proprietário já trabalhou no DNER, já foi funcionário público. Era uma empresa de família, hoje é uma das maiores empreiteiras do Brasil e tem os maiores contratos com o governo federal, contratos esses todos conseguidos através de licitações. São licitações de obras rodoviárias, de limpeza e coleta de lixo, de reciclagem etc. Essa empresa é uma das que estão envolvidas nesse tsunami de Carlinhos Cachoeira, e a imprensa, de repente, tenta colocar que o Palácio do Planalto não tem interesse na instalação de uma CPI para investigar esse caso.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos muito claro que neste momento o Brasil não pode prescindir da transparência. Este é um momento em que o país tem que mostrar isso nitidamente. E o Congresso Nacional tem que fazer a faxina e varrer esse tema da vida nacional.

Mas a presidente Dilma Rousseff tem sido uma figura exemplar não apenas nacionalmente, mas também mundialmente. Nós, deputados do PT, temos claro o seu papel

e a relação conflituosa que tem tido, inclusive, com o próprio Congresso Nacional.

Vivemos o momento de construir um novo Brasil, de construir uma nova relação com o Congresso Nacional, retirando o fisiologismo e os interesses pessoais ou de grupos das negociações políticas. Nós precisamos construir um novo momento na esfera nacional pelo volume de obras que vão acontecer até a Copa, principalmente diante da permissão dada para contratação de obras sem licitação em decorrência da urgência. Se com licitação já se constroem esses acordos, imaginem em situações emergenciais!

Vimos isso claramente com as cheias em Santa Catarina, quando vieram muitos recursos do governo federal, da Defesa Civil, para obras executadas em caráter de urgência e sem licitação. Eu pergunto: que prefeitura do estado de Santa Catarina apresentou de forma transparente onde foram aplicados os recursos para limpeza e recuperação das cidades? Não há uma que tenha deixado claro como isto aconteceu, que empresas foram contratadas e a comparação do custo de tonelagem para o recolhimento do lixo.

Assim, quero parabenizar a presidenta Dilma Rousseff por orgulhar este país, não apenas por ter sido considerada uma das 100 figuras mais importantes do mundo pela revista *Times*, mas pelo seu papel preponderante no combate à corrupção e por fazer uma gestão muito transparente.

Queremos deixar claro que o nosso papel no estado de Santa Catarina, em todos os embates e debates, também tem sido nessa lógica. Por isso, no dia 16 de maio faremos, nesta Casa, o primeiro seminário de transparência pública, com a participação da ministra Eliane Calmon. Também confirmou presença a secretária nacional do ministério de Justiça, que foi imbuída pela presidente Dilma de fazer valer neste país a lei do direito à informação. E aí tenho dito que se nós, como deputados, temos dificuldades de obter informações, imaginem o povo brasileiro! E a nossa dificuldade reside na falta de interação com o Tribunal de Justiça, com o Tribunal de Contas e com Ministério Público. E cito como exemplo a adin sobre a lei de transparência que aprovamos nesta Casa e que deverá entrar em vigor a partir de maio.

Então, parabéns à presidenta Dilma Rousseff e à presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster. Nós, do PT, orgulhamo-nos do Brasil que temos, tendo à frente dos destinos da nação a presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores no horário destinado aos Partidos Políticos, suspendemos a presente sessão até as 11h, quando adentraremos na Ordem do Dia.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0023/2012 e 0065/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; Projeto de Lei n. 0103/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; Projetos de Lei n.s 0131/2012 e 0252/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Esta Presidência comunica ainda que a comissão de Trabalho, Administração e

Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0025/2012 e 0534/2011, de entidades sociais apresentando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0068/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0076/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0095/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0109/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0154/2012 e 0155/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0156/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0157/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0158/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0159/2012 e 0160/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere de plano os Requerimentos n.s: 0358/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0359/2012 e 0360/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0362/2012 e 0363/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0364/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0365/2012, 0366/2012, 0367/2012, 0368/2012, 0369/2012, 0370/2012, 0371/2012 e 0372/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0373/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0374/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0375/2012 e 0376/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0377/2012, de autoria do deputado Edison Andriano; e 0378/2012, de autoria do deputado Manoel Mota.

Requerimento n. 0361/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem à TIM, à Claro e à Oi, no sentido da instalação de torre para o uso de telefonia móvel no distrito de Garcia, no município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0014/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República, aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, solicitando que por intermédio do devido processo legislativo seja reformulado o modelo eletivo, a fim de que os mandatos de presidente, senador, deputados federal e

estadual, prefeito e vereador sejam prorrogados ou limitados até o ano de 2016, a fim de que, a partir do próximo processo eletivo, todos os mandatos passem ter duração de cinco anos, sem reeleição para o Executivo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0025/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente do Iprev, solicitando informações referentes aos pareceres concluídos até o dia 10/04/2012 das aposentadorias por invalidez permanente deste Poder.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2012, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, a ser enviado ao secretário da Casa Civil, solicitando esclarecimentos sobre os rumos que o estado tomará em relação à assistência judiciária gratuita à população carente, considerando o julgamento do Supremo Tribunal Federal das Adins n.s 3.892 e 4.270.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0027/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado aos secretários da Saúde e da Fazenda, solicitando informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços n. 133/2008 - SEA - com a empresa Topmed.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0018/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao ministro das Relações Exteriores, solicitando medidas emergenciais visando a garantir a segurança e o retorno imediato ao país dos brasileiros que se encontram retidos na Guiné-Bissau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, hoje, pela manhã, o deputado Sílvio Dreveck discorreu sobre alguns assuntos positivos para Santa Catarina, principalmente para a região norte do estado. Mas temos também que relatar situações tristes pelas quais o estado vem passando.

O primeiro se refere à redução da alíquota do ICMS, pois está acarretando uma diminuição na arrecadação de Santa Catarina em torno de R\$ 1 bilhão. O segundo é a greve dos professores, que acarretará muito prejuízo aos alunos, que ficarão, a partir de segunda-feira, sem aula, o que nos deixa muito triste. O terceiro ponto é a crise na Segurança Pública, em relação à Polícia Civil e à Polícia Militar.

Mas queremos reforçar também as situações positivas.

Falamos, na semana passada, deputado Ismael dos Santos, assim como outros deputados, sobre a diminuição da taxa de juros. Acho que isso vem ao encontro do que o Brasil, principalmente Santa Catarina, precisa neste momento, com vistas ao combate à desindustrialização. Mas é preciso também atualizar a tabela do SUS e urgentemente dar apoio à infraestrutura, para fazer com que as empresas de nosso estado se tornem mais competitivas.

Desde 2001, estamos participando, em Brasília, de eventos destinados a discutir a

reforma tributária. Precisamos fazer com que todos paguem menos impostos e para tanto basta que todos paguem.

Segundo notícia obtida na internet, ainda repercute a queda de juros na rede privada de bancos, decorrente da intervenção do governo federal, que diminuiu as taxas das instituições de crédito oficiais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, a fim de facilitar o acesso ao crédito pelos brasileiros. Destaca-se também a notícia de que o Bradesco foi a primeira instituição privada a baixar seus juros, a fim de se tornar mais competitivo perante o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Foram colocadas aqui algumas taxas que o Bradesco começou a praticar e a que mais se destacam são as do crédito para as micro e pequenas empresas. O Bradesco está cobrando, a partir de agora, para capital de giro, 2,90% em vez dos 5,56% que cobrava anteriormente. É uma queda muito grande e vale destacar nesta Casa.

Com relação a veículos, assistindo ao jornal da *Globo News* verificamos que em nosso país temos 12 montadoras e vamos a 25. Então, temos que investir muito em infraestrutura, pois os juros para aquisição de veículos caíram de 1,35% para 0,97%. O Bradesco já financiou 2,4 milhões de veículos, o que significa que os brasileiros estão acessando essas linhas de crédito.

Já a taxa do crédito pessoal caiu de 2,66% para 1,97% ao mês; a taxa para o CDC caiu de 3,54% para 2,97% ao mês; e a taxa para o crédito consignado caiu de 1,32% para 0,90% ao mês.

Para finalizar, o Bradesco, juntamente com o BNDES, está oferecendo linhas de crédito para caminhões e ônibus com juros de 7,70% ao ano. Isso ajuda muito o desenvol-

vimento do país no que tange ao transporte da nossa produção. Quanto às taxas de juros do BND%\$ para máquinas e equipamentos, estão a 5,50% ao ano.

Realmente, são juros bem interessantes para o micro e pequeno empresário. Inclusive, já havíamos destacado os juros da CEF e do Banco do Brasil, e agora vemos a iniciativa privada puxando na mesma linha para continuar a competir no mercado aberto. Com isso o brasileiro pode dirigir-se a qualquer instituição para buscar o seu crédito.

Então, parabéns ao Bradesco, que sai na frente dos bancos privados para que o brasileiro tenha mais acesso ao crédito, eis que tínhamos um Brasil engessado ao famoso *spread* bancário. Inclusive, desde a época de vereador já questionávamos esses registros de lucro a cada ano e o brasileiro cada vez mais endividado e com dificuldades de saldar suas contas.

Portanto, parabéns à iniciativa dos bancos, que estão fazendo o que já fizera o poder público, a fim de que o brasileiro tenha mais acesso ao crédito e a uma qualidade de vida melhor.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL PARA DISCUTIR E CRIAR EM SANTA CATARINA UM GRUPO DE APOIO SOBRE A QUESTÃO DAS ILHAS MALVINAS, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2012, ÀS 18H, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 10 dias do mês de abril de 2012, às 18h, realizou-se no Plenarinho Paulo Stuart. Wright, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, audiência pública com o objetivo de discutir e criar em Santa Catarina um grupo de apoio sobre a questão das Ilhas Malvinas. A audiência foi requerida pelo Deputado Estadual Kennedy Nunes e presidida pelo Deputado Estadual Dóia Guglielmi, Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Dóia Guglielmi**, deu início à audiência pública convidando para comporem a mesa de trabalhos o Deputado Estadual Kennedy Nunes e o senhor Emilio Julio Neffa, Cônsul da República Argentina. Em seguida, registrou a presença do senhor Raul Antelo, Professor Doutor de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina; da senhora Liliانا Reales, Professora Doutora de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina; da senhora Dirlei Magnani, assessora parlamentar, representando o Deputado Estadual Neodi Saretta; e do senhor Flávio Alves Monteiro, diretor de Articulação Política da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul (UPM). Justificou a ausência do Deputado Estadual José Milton Scheffer, devido a compromissos anteriormente assumidos, e passou a palavra ao requerente da audiência pública, **senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes**, que saudou os presentes e disse encontrar-se em uma situação bastante especial por ter morado durante muitos anos na Argentina, tendo lá recebido toda a sua iniciação escolar, a partir de 1974. Contou ter presenciado a Guerra das Malvinas enquanto morava na Argentina e ter vivido em estado de sítio naquele país, acrescentando que o procuraram para tratar da criação de um grupo de apoio à questão das Malvinas, o que faria com que os catarinenses tomassem conhecimento da importância das Ilhas para a Argentina e da relação entre aquele país e a

Inglaterra. Disse ter ficado muito contente com o fato de o Presidente da audiência ter acatado sua proposição, acrescentando querer ouvir do Cônsul da Argentina em Santa Catarina mais explicações para que pudessem saber como a Comissão do Mercosul poderia posicionar-se em relação ao assunto. Observou que o Brasil tinha tudo a ver com a Argentina, complementando que os problemas não deviam ser esquecidos por conta das divisas geográficas existentes entre os dois países. Reiterou que o Brasil precisava pensar em seu posicionamento a respeito da questão e disse que a Argentina estava querendo simplesmente apoio. Mencionou ter assinado um documento nesse sentido e pediu que, naquele momento, também a Comissão do Mercosul pudesse posicionar-se a respeito do tema. Em seguida, o **senhor Presidente** observou que as Ilhas Malvinas tinham mais de 3.500 habitantes e que dentre eles menos de 30 eram argentinos, acrescentando que até aquele momento, embora houvesse várias resoluções da ONU, não havia ainda nenhuma definição sobre o assunto. Passou a palavra ao **senhor Emilio Julio Neffa, Cônsul da República Argentina**, que cumprimentou todos e agradeceu em nome do governo argentino a oportunidade de poder divulgar a posição de seu país, mencionando não estar esperando aquela recepção, mas algo menor, com poucas pessoas discutindo a questão das Ilhas Malvinas. Agradeceu ao governo brasileiro o apoio incondicional que estava dando na imprensa nacional e internacional à questão da soberania das Ilhas Malvinas, em particular ao Estado de Santa Catarina, contando que tinham um mandato do governo da Argentina para formar grupos de apoio para divulgar e esclarecer o tema da soberania das Ilhas Malvinas. *[Taqüígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.]* Informou que o grupo de apoio havia começado na Cidade do México no ano passado e que no ano em curso estavam formando mais grupos de apoio nos países onde a Argentina tinha embaixadas e consulados no sentido de gerar iniciativas no meio acadêmico, político e econômico de divulgação da soberania das Ilhas e, com isso, gerar posições para no futuro se discutir temas sobre soberania e ser cumprida a resolução das Nações Unidas. Lembrou que em 25 de maio de 1810 a Argentina decidiu se emancipar da Espanha e que depois de os espanhóis terem abandonado as Ilhas o governo da Argentina a ocupou de 1820 até 1833. Contou que as Ilhas Malvinas, por sua riqueza e pelos seus recursos, eram disputadas por pescadores de baleias e que a partir de 1833 elas foram ocupadas pelo Reino Unido, observando que de 1833 até a presente

data os argentinos não puderam retornar às Ilhas e que o objetivo da formação dos grupos de apoio era fazer com que a Inglaterra cumprisse a resolução das Nações Unidas em relação ao tema soberania. Informou que o senhor Raul Antelo, Professor Doutor de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, e a senhora Maria de Lourdes Borges, Secretária de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina, estavam trabalhando com eles no grupo de apoio e demonstrou a sua vontade de incluir no grupo o Deputado Estadual Kennedy Nunes, que foi o primeiro a assinar o apoio em relação à soberania da Argentina. Disse que as Ilhas estavam distantes 700 quilômetros da Argentina e 14 mil quilômetros da Inglaterra e observou que, além das Ilhas Malvinas, os ingleses também tinham projeção na Antártida. Advertiu que hoje a questão estava sendo as Ilhas Malvinas e que no futuro poderia ser o Amazonas e salientou que o assunto não dizia respeito apenas para a Argentina e sim para todo o povo latino-americano. Agradeceu as palavras do Deputado Kennedy Nunes sobre o tema e disse estar ciente de que o grupo de apoio não teria êxito em curto prazo. **O senhor Presidente** agradeceu a manifestação do Cônsul e, em seguida, deixou a palavra aberta para quem desejasse se manifestar. **O senhor Raul Antelo, Professor Doutor de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina**, afirmou que havia sido contra a guerra das Malvinas mas que não havia contradição alguma no fato de ele atualmente defender a negociação conforme as resoluções da ONU. [*Taquígrafa-Revista: Jacqueline de O. V. Bitencourt.*] Disse crer que a questão Malvinas, na opinião pública generalizada, estava tão cheia de deformações e de deturpações que um dos objetivos do Comitê de Apoio era tentar mostrar os desdobramentos tanto da questão Malvinas como da descolonização, já que poderia vir a afetar outras áreas num futuro próximo. Disse também que estava tentando organizar com colegas da universidade palestras, debates e projeção de filmes no sentido de sensibilizar a sociedade sobre o tema, que engloba desde questões históricas a questões políticas e antropológicas. Abordando a autodeterminação dos povos, disse que o governo espanhol, na pessoa do Primeiro-Ministro Mariano Rajoy, havia visitado o Primeiro-Ministro britânico, David Cameron, ocasião em que disse ter o Ministro das Relações Exteriores espanhol afirmado numa entrevista que a Espanha estava reivindicando a soberania do Estreito de Gibraltar nos mesmos termos em que a Argentina estava reivindicando a soberania das Ilhas Malvinas, ambos em relação à Inglaterra. Contou ter esclarecido uma questão que normalmente não era levada em consideração, qual seja, que tanto em Gibraltar quanto nas Malvinas não se aplicava a autodeterminação dos povos, pois quem povoava aqueles locais eram os colonizadores, não havendo lá população autóctone ou aborígine. Informou a existência de uma corrente de opinião na Argentina que reivindicava a autodeterminação dos povos e que aquela corrente tentava distorcer o enfoque da questão ao considerar a reivindicação da soberania argentina um atropelo à hipotética soberania dos moradores da Ilha, pedindo que somente houvesse a observância da lei por parte de todos. Salientou, por fim, que havia inúmeras instruções por parte da ONU e que para solucionar a maioria daqueles impasses bastava respeitar aquelas instruções. **O senhor Flávio Alves Monteiro, diretor de Articulação Política da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul (UPM)**, informou que era cidadão honorário argentino, pois havia recebido o título de cidadão honorário do Conselho Deliberante da Cidade de San Pedro, localizada na Argentina. Disse que o bloco brasileiro da União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul, em reunião realizada no ano de 2003, manifestara o sentimento do povo brasileiro a favor da soberania argentina com relação às Ilhas Malvinas, contando que na última reunião do Parlamento do Mercosul, com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai, o Senador Roberto Requeni, presidente da representação brasileira naquele evento, iniciou seu pronunciamento dizendo que as Malvinas eram argentinas, demonstrando o sentimento do governo brasileiro em relação ao tema. Comentou que o senhor Emilio Julio Neffa, Cônsul da República Argentina, estava muito bem representado pelos Deputados Estaduais Kennedy Nunes e Dóia Guglielmi no Parlamento catarinense, pois ambos estavam imbuídos de ajudá-lo naquela luta, e destacou o trabalho do Deputado Estadual Gilmar Knaesel, ausente na audiência pública por estar representando a UPM no Parlasul, em Montevidéu. Finalizando a sua manifestação, disse que os referidos Deputados, a AleSC e a UPM estariam lutando pela questão das Malvinas porque aquela luta não era somente dos argentinos, mas dos brasileiros também. Na sequência, usou da palavra a senhora **Liliana Reales, Professora Doutora de Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina**, que comunicou a chegada nas dependências da AleSC da senhora Maria de Lourdes Borges, Pró-Reitora de Cultura da UFSC, representando o Magnífico Reitor da UFSC, Alvaro Toubes Prata. Disse que considerava aquele momento muito importante pois as relações do Estado de Santa Catarina com a Argentina eram muito sólidas, muito fortes, quase familiares. [*Taquígrafa-Revista: Eduardo Delvalhos dos Santos.*] Reportando-se ao que já havia sido dito, reiterou que o problema da Argentina em relação às Ilhas Malvinas não era somente daquele país mas de toda a América Latina por ter havido uma ocupação ilícita de um território que era argentino e que tinha uma posição absolutamente estratégica no Atlântico Sul militarmente falando, registrando que eram sabedores de que lá existiam reservas de peixes, de animais marinhos e de jazimentos petrolíferos. Disse que ficava preocupada pelo fato de os britânicos terem enviado um navio com alto poder de destruição para a região e pelas

respostas sempre agressivas e em termos militares que o Reino Unido vinha dando sistematicamente aos pedidos argentinos, nunca com abertura ao diálogo pacífico, conforme solicitava o governo argentino, a fim de que pudessem discutir formas possíveis de solucionar o problema das pessoas que legitimamente moravam na região. Disse que ninguém estava pensando na expulsão ou na perda da identidade cultural e da língua dos três mil habitantes que moravam na região, que já haviam surgido várias formas de pensar aquele problema e de como solucioná-lo e que era necessário, portanto, iniciar um canal de diálogo. Contou que era brasileira naturalizada, que morava no Brasil há muitos anos e que tinha orgulho de dizer que chorava sobre a Constituição brasileira no dia em que se naturalizou, afirmando ter sido aquele um dos dias mais felizes da sua vida. Disse ter morado muitos anos na Europa em exílio e que voltar à América Latina via Brasil tinha sido muito importante. Concluiu agradecendo a oportunidade e afirmando acreditar que o Brasil continuaria apoiando a Argentina por uma questão de fraternidade, além de buscar entendimentos no sentido de como proteger os seus territórios. Em seguida, fez uso da palavra a **senhora Maria de Lourdes Borges, secretária de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina, representando o Reitor Álvaro Toubes Prata**, que cumprimentou os presentes e colocou a Universidade Federal de Santa Catarina à disposição em relação àquela luta, afirmando que a considerava legítima e que concordava com a professora Liana quando disse que a luta para restituir ao povo argentino a soberania sobre o território em questão era também de todo o povo latino-americano. Disse que estava ali para manifestar aquela posição da Universidade Federal de Santa Catarina, entendendo que a luta pela soberania era uma luta pela liberdade e pela democracia e salientando que tanto o Brasil como a Argentina haviam passado por momentos difíceis para conquistá-las. Finalizou dizendo que eram irmãos naquela luta pela liberdade, pela democracia e pela soberania. Não havendo mais quem quisesse se manifestar, **o senhor Presidente** passou a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, proponente daquela audiência, para as suas considerações finais. **O Deputado Estadual Kennedy Nunes** agradeceu a participação de todos e, concordando com as palavras do Cônsul, disse que aquele era um processo lento que seria construído aos poucos. Salientou que naquele dia estavam discutindo a soberania da Argentina em relação às Ilhas Malvinas em função da posição estratégica que elas tinham em relação ao Polo Sul mas que amanhã talvez tivessem que estar ali discutindo a soberania brasileira sobre a Amazônia, contando que já existia um livro nos Estados Unidos dando conta que a Amazônia era território americano, embora os americanos tenham dito que haviam errado. Solicitou ao Presidente Dóia Guglielmi mais reuniões para se estenderem no assunto, e não só com a União de Parlamentares Sul-Americanos e do Mercosul (UPM), mas também com o Parlasul, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Dito isso, concordou com a professora Liliana Reales quando afirmou que todos eram latino-americanos e ressaltou que as rivalidades ou diferenças existentes deveriam ficar de lado para que se pudesse discutir a questão numa visão macroestratégica. [*Taquígrafa-Revista: Siomara G. Videira.*] afirmou não ser possível uma ilha distante 700 quilômetros de Ushuaia pertencer a um país que dista 14 mil quilômetros dela. Em relação ao número de pessoas na audiência, disse esperar menos por causa do assunto, contando que antes de vir para a reunião colocara no Facebook que iria participar de uma audiência na Assembleia Legislativa sobre as Ilhas Malvinas e que muitas pessoas só faltaram xingá-lo por conta da rivalidade, avaliando ser preciso quebrar aquele paradigma e ter uma olhar diferente sobre a questão, já que tratavam de algo que estava na lei. Destacou a forma pacífica com que o governo argentino buscava resolver o conflito, abrindo um canal para que pudessem discutir. Reportando-se ao Presidente, pediu uma posição da Comissão ou que, em nome da dela, fosse feita uma moção de apoio do Parlamento catarinense àquela importante questão e que ela fosse enviada para o governo argentino e para o governo da Inglaterra. Por fim, manifestou seu contentamento e sua satisfação pela discussão, que considerou muito importante, e pelo início daquele movimento, que contaria com o apoio deles. Fazendo suas considerações finais, **o senhor Emilio Julio Neffa, Cônsul da República Argentina**, lembrou que há trinta ou quarenta anos o Brasil e a Argentina estavam em permanente conflito e que nos dias atuais a energia atômica na Argentina era monitorada pelos brasileiros, e vice-versa. Contou que era casado com uma gaúcha e que suas filhas eram brasileiras, por isso tinha um laço com o Brasil muito forte. Manifestou surpresa diante da declaração da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina com relação ao governo britânico e disse que a audiência fora uma vitória, havendo palavras de elogio de todos os presentes. Registrou que estavam trabalhando com um grupo de apoio composto pelo professor Antelo e as professoras Reales e Maria de Lourdes e afirmou que iriam velar pela constituição do grupo, destacando que o Consulado não tinha nenhum alinhamento político, que as pessoas é que decidiam e que o trabalho seria em longo prazo. Salientou que embora a Amazônia figurasse como reserva mundial, os americanos pintavam o mapa do Brasil de uma cor e a Amazônia de outra, analisando que as coisas ficavam diferentes quando o interesse de uma grande potência era afetado, que os países se manifestavam em função das suas conveniências, que quem decidia no mundo eram as grandes potências e não as pequenas. Retomando a palavra, **o senhor Presidente** agradeceu a todos e, dirigindo-se ao senhor Cônsul, informou que

a Amazônia já constava como reserva no mapa mundial e que em breve estariam com o maior manancial de reserva de água, o Aquífero Guarani, avaliando que sobre a referida reserva teriam que tomar alguns cuidados. Dito isso, encaminhou que a Comissão e todos os Parlamentares subscrevessem uma moção de apoio aos governos britânico e argentino, manifestando o seu apoio à Argentina e enviar uma cópia ao governo britânico. Por fim, acreditando que aquele era o pontapé inicial de várias reuniões que iriam fazer sobre o assunto, agradeceu aos colaboradores da Comissão do Mercosul e aos da Assembleia Legislativa; ao Deputado Kennedy, proponente da audiência, ao Cônsul, pelos esclarecimentos dado aos professores. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.]

DEPUTADO ESTADUAL DÓIA GUGLIELMI

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 10 DE ABRIL DE 2012.

Às nove horas do dia dez de abril do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Silvio Dreveck, Dirceu Dresch, Pedro Baldissera substituindo Volnei Morastoni, Edison Andrino substituindo Elizeu Mattos. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 7ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. **O Deputado Pedro Baldissera** relatou o Projeto de Lei nº 0105.9/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei nº 0058.8/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0086.1/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; os Projetos de Lei nº 0112.8/2012, 0079.2/2012, 0033.0/2012 e 0100.4/2012 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0251.7/2011, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global e subemenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0113.9/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei nº 0072.6/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0090.8/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei nº 0109.2/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 17 DE ABRIL DE 2012.

Às nove horas do dia dezessete de abril do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: José Nei Alberton Ascari, Sargento Amauri Soares, Silvio Dreveck, Dirceu Dresch, Dóia Guglielmi, Edison Andrino substituindo Elizeu Mattos. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação a ata da 8ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0131.0/2011, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0034.0/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Edison Andrino** relatou o Projeto de Lei nº 065.7/2012, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei nº 0517.3/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0090.8/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0038.4/2012 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0252.8/2011

exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 042.9/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0092.0/2012 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0103.7/2012 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0023.8/2012 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0579.6/2011 exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0009.0/2012 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0050.0/2012, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Silvio Dresch e o Projeto de Lei nº 0106.0/2012 exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Dóia Guglielmi** relatou o Projeto de Lei nº 0324.7/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0087.2/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0326.9/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0055.5/2011, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Silvio Dreveck. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei nº 0085.0/2012, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0089.4/2012 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0010.9/2012 exarou parecer com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0122.0/2012 exarou parecer com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2012.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Gilmar Knaesel, Manoel Mota, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e o Deputado Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 8ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente solicitou à assessoria que distribuisse cópias aos senhores Deputados do Cronograma das Audiências Públicas Regionais para LDO 2012 e LOA 2013. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos senhores Deputados para relatarem as matérias em pauta: **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o PL./0058.8/2012, que estabelece norma suplementar sobre Direito Penitenciário, prevê a possibilidade da realização de exame criminológico no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, o Deputado Manoel Mota pediu vista em gabinete. **O Deputado Valmir Comin** relatou o PL./0026.0/2012, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Proteção à Pessoa Portadora de Autismo e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0016.9/2012, que institui Campanha de Combate à Pedofilia no Estado de Santa Catarina, seu parecer ao projeto foi pela diligência às Secretarias do Estado da Educação e da Fazenda, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PLC/0010.9/2012, que institui as Regiões Metropolitanas do Extremo Oeste e do Contestado e altera a Lei Complementar nº. 495, de 2010, que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão e de Chapecó, seu parecer foi favorável ao projeto com emenda modificativa, posto em discussão e votação, o Deputado Neodi Saretta pediu vista em gabinete. **O Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0072.6/2012, que autoriza a doação de imóvel no município de Romelândia, para prestação de serviços na área da saúde, seu parecer foi favorável ao projeto,

posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0569.4/2011, que fixa os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício de 2012, em conformidade com o disposto nos arts. 28, § 2º da Constituição Federal e 39, inciso XV, da Constituição do Estado, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado Sargento Amauri Soares. Ato Contínuo, o Senhor Presidente atendendo o Requerimento do Deputado Gilmar Knaesel, passou a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Administração, Milton Martini, e ao Secretário de Estado da Infraestrutura, Deputado Valmir Vital Cabalchini, para uma explanação sobre Projeto de Lei nº 0032.9/2012, do Governo do Estado, que "Autoriza a contratação de Operação de Crédito com BNDES, no valor de R\$ 611.000.000,00 (seiscentos e onze milhões de reais) para atender ao Programa Caminhos do Desenvolvimento Sala das Comissões, dezoito de abril de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezessete de abril do ano de dois mil e doze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Quinta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, Angela Albino e Altair Guidi. Em seguida, leu justificativa de ausência do Deputado Ciro Roza, por estar em audiências com empresários de Brusque, e os Ofícios nºs 111/2012, da Câmara Municipal de São Bento do Sul, com cópia da Moção 165/12, solicitando a inclusão do Hospital e Maternidade Sagrada Família no Projeto "Energia do Bem" e da Agência Regional da Celesc em São Bento do Sul no Projeto "Sou Legal! Tô ligado!" e a CT/OI/GUN/050/2012, da Operadora OI, comunicando que executará até o final do ano em curso as metas de universalização, estabelecidas pelo Decreto nº 7.512, de 30/06/2011, para a telefonia fixa. Colocou em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nºs 0003.0/2012. Relator Deputado Elizeu Mattos recebeu pedido de vista em gabinete da Deputada Angela Albino; 0006.2/2012, Relator Deputado Elizeu Mattos; e os PLs 0024.9/12 - Relator Deputado Silvio Dreveck; 0068.0/12 - Relator Deputado Elizeu Mattos; 0095.2/12 - Relator Deputado Altair Guidi; 0076.0/12 - Relator Deputado Elizeu Mattos; 0109.2/12 - Relator Deputado Elizeu Mattos; e os Ofícios 0025.6/12 - Relator Deputado Ciro Roza; 0017.6/12 - Relator Deputado Silvio Dreveck - que recebeu parecer pela Diligência -, gerando a RQX 0053.6/12 e 0534.0/11 - Relator Deputado Elizeu Mattos - todos os pareceres aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012

Deputado Elizeu Mattos

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 2ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia seis de março do ano de dois mil e doze, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Valmir Comin, os Senhores Deputados: Manoel Mota e Marcos Vieira, Angela Albino e o Deputado Ismael dos Santos representando o Senhor Deputado Jean Kuhlmann. Estavam também presentes a Reunião o Senhor Deputado Darci de Matos e Pedro Lopes Presidente da FETANCESC. Abertos os trabalhos o senhor Presidente Deputado Valmir Comin leu o Relatório da FETANCESC que o Senhor Pedro Lopes, entregou ao Presidente do DEINFRA, Senhor Paulo Meller. Em seguida o Senhor Pedro Lopes passou a falar sobre o Relatório sobre trafegabilidade dos BI-TRENS nas Rodovias de Santa Catarina, ficando acordado que haveria uma Audiência com o Senhor Valdir Cobalchini da Secretaria de Infraestrutura no dia sete de março do corrente mês. Relatório da FETANCESC anexo a essa ATA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Deputado Valmir Comin

Presidente da Comissão

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 587/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 015/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) POLTRONAS GIRATÓRIAS DE ESPALDAR MÉDIO.

Item Único -

Vencedora: NIGEL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA - EPP

Valor do Último Lance: R\$ 134.000,00

Florianópolis, 17 de abril de 2012

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 680/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 016/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO COMPLETA EM DIVERSAS REPARTIÇÕES DA ALESC, INCLUINDO ACABAMENTO, DE 50 (CINQUENTA) APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT.

Item Único -

Vencedora: Superar Ltda

Valor do Último Lance: R\$ 127.500,00

Florianópolis, 23 de abril de 2012

VICTOR INÁCIO KIST

PREGOEIRO

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 050/12

APAE - 027/12

Fraiburgo(SC), 11 de Agosto de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo - Escola Especial Maria Frey**, de Fraiburgo referente ao exercício de 2011.

Cesira Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 051/12

Of. nº 011/2012

Joinville (SC), 28 de março de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Ispere - Instituto Pedagógico de Reabilitação e Inclusão**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Ivete Maria Stelter

Presidente do Conselho Administrativo

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 052/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Conselho Comunitário do Bairro Iriirí - Centro Urbano do Iriirí**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 053/12

Ofício DIR nº 010/2012

Agrolândia, 12 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Agrolândia referente ao exercício de 2011.

Osní Knaul

Presidente Diretoria Executiva

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 054/12

Of. Nº 49/2012

Joinville, 05 de abril de 2012

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Sociedade Pavilhão da Caridade - CEI Maria Ofélia Guimarães**, de Joinville referente ao exercício de 2010.

Evelise Cristiane Pinheiro Roecker

Coordenadora Geral

Lido no Expediente

Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 055/12

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Missionários Janela 20:20**, de Balneário Piçarras referente ao exercício de 2011.

Luciano Pereira da Silva
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 056/12

Ofício nº 005/AIBCGB/2012 Guaraciaba, 13 de Abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Intermunicipal de Bombeiro Comunitário de Guraciaba e Barra Bonita**, referente ao exercício de 2011.

Laurendir Brustolin
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 057/12

Descanso, 16 de Abril de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Maurício Dalla Vecchia**, de Descanso referente ao exercício de 2011.

Maria de Lourdes Cecin Grzebieluchas
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/04/12

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 747, de 24 de abril de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 733, de 17 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 748, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 703, de 12/04/12, que nomeou **MARCO ANTONIO NETO**, para exercer o cargo em provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, no Gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 749, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CAMILA MARCON OURIQUES, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Neodi Saretta - Joaçaba).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 750, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAYARA LARISSA HOEPFNER, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 751, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SANDRA MIRTES SCHENATTO, matrícula nº, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 752, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ITAMAR PIRES PACHECO**, matrícula nº 1514, no Gabinete do Deputado Serafim Venzon, a contar de 18 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 753, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LEOBERTO BREGUE DANIEL**, matrícula nº 1468, na DL - CC - Comissão de Saúde, a contar de 01 de maio de 2012..

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 754, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde os servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2079	RAQUEL HELENA DE BORJA RAMALHO	08	09/04/12	0864/2012
0866	MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI	26	04/02/12	0865/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 755, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0863/12,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **AMILTON GONÇALVES**, matrícula nº 1448, por 15 (quinze) dias, a contar de 10 de abril de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 756, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0687	PEDRO SQUIZZATO FERNANDES	60	16/04/12	0859/2012
0451	MARIA SALETE DE BEM URBAN	30	09/04/12	0860/2012
2065	MARCIA BITTENCOURT DA SILVA	90	04/04/12	0861/2012
2137	LUIZ HENRIQUE BELLONI FARIA	30	08/04/12	0862/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 757, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
TARCISIO WEISE	6007	3%	3%	12/02/12	0309/12
SANDRO MARCIO ANDRADE DO HERVAL	4496	6%	6%	01/03/12	0583/12
RITA DE CASSIA OLINGER	5952	3%	3%	13/03/12	0584/12
JOSIANE BENEVENUTE	5347	3%	3%	02/03/12	0629/12
MARCELO CESIO SOARES	4679	3%	6%	13/03/12	0631/12
CARLOS DE PAULA	5940	3%	3%	16/03/12	0632/12

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 758, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0552/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **JANICE APARECIDA STEIDEL KRASNAK**, matrícula nº 7004, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidente sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 27% (vinte e sete por cento), a contar de 17 de fevereiro de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 759, de 24 de abril de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 01 de abril de 2012.

Gab Dep Aldo Schneider

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6854	SERGIO LUIZ WEBER	FLORIANÓPOLIS
6973	ARIANE CASTRO DOS SANTOS	IBIRAMA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 068/2012**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Pouso Redondo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Pouso Redondo, o imóvel com área de 2.468,50 m² (dois mil, quatrocentos e sessenta e oito metros e cinquenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 13.626 no Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade viabilizar a construção das sedes da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros no Município de Pouso Redondo, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.366, de 20 de setembro de 2011.

Parágrafo único. Da área descrita no caput do art. 1º, ficam destinados 1.080,00 m² (um mil e oitenta metros quadrados) à construção da sede da Polícia Civil e a área restante de 1.388,50 m² (um mil, trezentos e oitenta e oito metros e cinquenta decímetros quadrados) será destinada à construção das sedes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Taíó.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2012

Deputado Romildo Títon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 076/2012

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Francisco do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de São Francisco do Sul, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel onde se encontrava instalada a EEB Clairinice Caldeira Vieira, matriculado sob os nºs 14.322 e 27.810 no 1º Tabelionato de Notas, Protesto de Títulos e Registro de Imóveis da Comarca de São Francisco do Sul e cadastrado sob o nº 00844 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por finalidade manter os serviços prestados pelo Núcleo Tecnológico Municipal - NTM e pela Unidade Básica de Saúde - UBS.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 095/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba, com sede no Município de Garopaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 109/2012

Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Ação Social e Cooperação de Ensino Profissionalizante - IBRASCEP, no Município de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Ação Social e Cooperação de Ensino Profissionalizante - IBRASCEP, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 18 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 322/2011

No Projeto de Lei nº 322/2011 o título do Capítulo VI passa a ter a seguinte redação:

DA PROTEÇÃO DA POLUIÇÃO VISUAL

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta adequa a redação final ao que pretendia o autor, conforme art. 190 do Regimento Interno desta Casa, que visa sanar vício de linguagem, correção de técnica legislativa ou lapso manifesto; em conformidade com os demais Capítulos da Lei.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 322/2011

Acrescenta o Capítulo VI no Título V da Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o Capítulo VI, com os arts. 255-D e 255-E, no Título V da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO VI

DA PROTEÇÃO DA POLUIÇÃO VISUAL

Art. 255-D. A exploração ou utilização de veículos de comunicação que possam interferir na paisagem deverá observar aspectos estéticos, paisagísticos, culturais, históricos e geográficos, respeitados os padrões estabelecidos pelo Poder Público.

Parágrafo único. Considera-se paisagem, para fins de aplicação desta Lei, o espaço aéreo e a superfície externa de qualquer elemento natural ou construído.

Art. 255-E. A ordenação das interferências na paisagem deverá assegurar:

I - bem-estar estético e ambiental;

II - segurança das edificações e da população;

III - valorização e visibilidade do ambiente natural e construído; e

IV - preservação do patrimônio cultural.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA ADITIVA

Acrescenta inciso XIII, ao § 1º do art. 1º, do Projeto de Lei 420.6/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo território catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais."

Art. 1º Acrescenta inciso XIII, ao § 1º do art. 1º, do Projeto de Lei nº 420.6/2011 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§ 1º (...)

XIII - reserva particular de patrimônio natural;"

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

APROVADO EM 1ª TURNO

Em Sessão de 11/04/12

APROVADO EM 2ª TURNO

Em Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Considerando que existe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído, no Brasil, através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal.

Entre os objetivos do SNUC, de acordo com o disposto na Lei, são os seguintes:

- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e de recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

- proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social economicamente.

Neste sentido para adequar o presente projeto de lei ao SNUC apresentamos a emenda que acrescenta a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

Assim para dar continuidade ao interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

EMENDA ADITIVA

Acrescenta inciso XIV, ao § 1º do art. 1º, do Projeto de Lei 420.6/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo território catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais."

Art. 1º Acrescenta inciso ao XIV, § 1º do art. 1º, do Projeto de Lei nº 420.6/2011 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§ 1º (...)

XIV - reserva indígena;"

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

APROVADO EM 1ª TURNO

Em Sessão de 11/04/12

APROVADO EM 2ª TURNO

Em Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Considerando que existe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído, no Brasil, através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e está se consolidando de modo a ordenar as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal.

Entre os objetivos do SNUC, de acordo com o disposto na Lei, são os seguintes:

- contribuir para a manutenção da diversidade biológica e de recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- contribuir para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- proteger as características de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica e cultural;
- proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social economicamente.

Neste sentido para adequar o presente projeto de lei ao SNUC apresentamos a emenda que acrescenta a Reserva Indígena

Assim para dar continuidade ao interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

EMENDA ADITIVA

Acrescenta inciso XV, ao § 1º do art. 1º, do Projeto de Lei 420.6/2011, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo território catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais."

Art. 1º Acrescenta inciso ao XV, § 1º do art. 1º, do Projeto de Lei nº 420.6/2011 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§ 1º (...)

XV - corredores ecológicos e outras áreas que foram contempladas com o programa estadual de pagamentos por serviços ambientais;"

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

APROVADO EM 1ª TURNO

Em Sessão de 11/04/12

APROVADO EM 2ª TURNO

Em Sessão de 17/04/12

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

O programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA foi estabelecido na Lei estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências."

Um ano depois a Lei estadual nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010, que "Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências", veio e regulamentou o referido programa estadual.

O Código Catarinense definiu o que era *serviços ambientais*: funções imprescindíveis desempenhadas pelos ecossistemas naturais e úteis ao homem, tais como a proteção de solos, regulação do regime hídrico, controle de gases poluentes e/ou de efeito estufa, belezas cênicas, conservação da biodiversidade.

Incumbiu também ao Poder Público a criação e manutenção do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza - SEUC, composto pelas unidades de conservação estaduais e municipais já existentes e a serem criadas no Estado e integrá-lo ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Assim para dar continuidade ao interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres pares para sua efetiva aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 420/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização, em todo Território Catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação estaduais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica obrigada a sinalização, em todo Território Catarinense, de locais de interesse ecológico que constituam unidades de conservação.

§ 1º Constituem-se unidades de conservação:

I - estação ecológica;

II - reserva biológica;

III - parques;

IV - monumentos naturais;

V - refúgio da vida silvestre;

VI - área de proteção ambiental;

VII - área de relevante interesse ecológico;

VIII - hortos estaduais;

IX - florestas estaduais;

X - reservas extrativistas;

XI - reserva de fauna;

XII - reserva de desenvolvimento sustentável;

XIII - reserva particular do patrimônio natural;

XIV - reserva indígena; e

XV - corredores ecológicos e outras áreas que foram contempladas com o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

§ 2º As áreas naturais tombadas pelo Estado deverão ser sinalizadas de acordo com projeto a ser definido pelo órgão estatal responsável.

Art. 2º A sinalização de que trata o art. 1º desta Lei deverá ser instalada nos limites externos das unidades de conservação e dos locais enumerados, no seu § 1º, bem como em suas respectivas vias de acesso, de acordo com os seguintes parâmetros e características:

I - integração ao meio ambiente, de modo a não desfigurar a paisagem e não causar danos de qualquer espécie;

II - imediata visibilidade aos que transitam pelo local, ou que dele se aproximem;

III - identificação, por desenho, da unidade de conservação, do local, ou da espécie cuja presença é sinalizada; e

IV - inclusão da mensagem incentivadora da natureza.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 17 de abril de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***